**Nota Técnica Regulatória nº 001/2021**

**Reajuste Tarifário Anual dos**

**Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário**

**CAMPO GRANDE/MS**

**2021**

**SUMÁRIO**

[*I. DO OBJETIVO ..3*](#_Toc483292621)

[*II. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL 3*](#_Toc483292622)

[*III. DOS FATOS 5*](#_Toc483292623)

 *III.1 Da Atuação do Ente Regulador............................................................................5*

 *III.2 Da Atuação do Prestador de Serviços ................................................................7*

[*IV. DA ANÁLISE E RESULTADOS 8*](#_Toc483292624)

[*V. DAS CONSIDERAÇÕES E RECOMENDAÇÕES 10*](#_Toc483292630)

[*ANEXO 1 - Estrutura Tarifária I 13*](#_Toc483292631)

[*ANEXO 2 - Estrutura Tarifária II 14*](#_Toc483292632)

[*ANEXO 3 - Estrutura Tarifária III 15*](#_Toc483292633)

[*ANEXO 4 - Estrutura Tarifária IV 16*](#_Toc483292634)

[*ANEXO 5 - Estrutura Tarifária V 17*](#_Toc483292635)

 **Nota Técnica Regulatória nº 001/2021/CRES/DSB/AGEPAN**

 **Em 25/05/2021**

***Processo nº:*** *51/005363/2021*

***Assunto:*** *Reajuste Tarifário Anual dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário prestados pela SANESUL, aos municípios submetidos à competência regulatória e fiscalizatória pela Agepan.*

***Interessado:*** *Diretoria de Regulação e Fiscalização: Saneamento Básico - DSB*

**I. DO OBJETIVO**

A presente nota técnica tem como objetivo apresentar os resultados da análise técnica realizada pela Câmara de Regulação Econômica-CRES, quanto ao reajuste tarifário anual dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário prestados pela Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A – SANESUL, no âmbito dos municípios regulados e fiscalizados pela Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Mato Grosso do Sul – Agepan.

O reajuste tarifário tem como base de cálculo, a variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) produzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE dos últimos 12 meses, e será realizado em consonância com a forma, e a periodicidade definidas nos instrumentos de delegação dos serviços.

**II. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

As informações expressas nesta nota técnica têm como embasamento os instrumentos legais, contratuais e regulatórios, dentre os quais destacam-se:

* Lei Federal nº. 11.445 de 05 de janeiro de 2007 e alterações posteriores, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico;
* Decreto Federal nº 7.217, de 22 de junho de 2010, que regulamenta a Lei Federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007;
* Lei Estadual nº. 2.363, de 19 de dezembro de 2001, que cria a Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Mato Grosso do Sul – AGEPAN;
* Lei Estadual nº 2.263, de 16 de julho de 2001, que dispõe sobre a prestação, regulação, fiscalização e controle dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e resíduos sólidos, no Estado de Mato Grosso do Sul;
* Lei Estadual nº. 2.766, de 18 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a disciplina, a regulação, a fiscalização e o controle dos serviços públicos delegados do Estado de Mato Grosso do Sul;
* Lei Estadual nº 4.147, de 19 de dezembro de 2011, alterada pela Lei Estadual nº 4.599, de 11 de dezembro de 2014, que dispõe sobre a Taxa de Regulação, Fiscalização e Controle do Serviço Público de Saneamento Básico (TRS), no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências;
* Decreto Estadual nº 12.530, de 28 de março de 2008, que dispõe sobre a prestação de serviços públicos de saneamento básico;
* Portaria Agepan nº 186, de 17 de julho de 2020, que homologa o

reajuste tarifário anual dos serviços públicos delegados de abastecimento de água e esgotamento sanitário no âmbito dos municípios regulados pela Agepan;

* Convênios de Cooperação: instrumento de delegação dos municípios ao Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio da AGEPAN, para as atividades de organização, planejamento, regulação e fiscalização da prestação dos serviços públicos de saneamento básico;
* Contratos de Programas: instrumento de delegação firmado entre os municípios e a SANESUL para a prestação do serviço público de saneamento básico;
* Convênio de Concessão com Gestão Compartilhada: instrumento firmado entre municípios e a SANESUL para a prestação do serviço de abastecimento de água, de coleta e destinação final de esgoto; e
* Relatório Anual da Administração e Demonstrações Contábeis/SANESUL – 2020.

**III. DOS FATOS**

III.1 DA ATUAÇÃO DO ENTE REGULADOR

A Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Mato Grosso do Sul – Agepan, vinculada à Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica, foi criada por meio da Lei Estadual/MS nº 2.363 em 19/12/2001, que tem como princípio, dentre outros elencados no art. 3º, Capítulo II da Lei Estadual/MS nº 2.363, de 19 de dezembro de 2001:

 *“Promover e zelar pelo equilíbrio econômico e pela eficiência técnica dos serviços públicos delegados, assegurando a prestação de serviços adequados, assim entendidos aqueles que satisfazem as condições de regularidade, continuidade, segurança, atualidade, universalidade, modicidade das tarifas e a estabilidade nas relações entre o poder concedente, entidades reguladas e usuários. ”*

Quanto a competência para homologar e fixar tarifas dos serviços públicos delegados, a Lei Estadual/MS nº 2.363, de 19 de dezembro de 2001 em seu art. 4º, inciso I, II e XI dispõe que:

*“Art. 4º À Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Mato Grosso do Sul - AGEPAN, observada a competência específica dos outros entes federados, compete:*

*I - controlar, fiscalizar, normatizar, padronizar, conceder, homologar e fixar tarifas dos serviços públicos delegados e tarifados, em decorrência de norma legal ou regulamentar, disposição convenial ou contratual, ou por ato administrativo, pelo poder concedente dos serviços públicos:*

*...*

*g) saneamento e irrigação*

*...*

*II - regular economicamente os serviços públicos delegados, mediante o estabelecimento e ou a homologação de tarifas que reflitam o mercado e os custos reais dos serviços, e, concomitantemente, incentivar os investimentos e propiciar a razoabilidade e modicidade das tarifas aos usuários;*

*...*

*XI - fixar critérios para estabelecimento, ajuste, revisão e aprovação*

*de tarifas dos serviços públicos delegados à sua competência, em consonância com as normas legais e pactuadas;*

*...”.*

O reajuste tarifário será realizado pelo ente regulador na forma e periodicidade estabelecidas no instrumento de delegação dos serviços públicos, conforme determina a Lei Estadual/MS n° 2.766, de 18 de dezembro de 2003.

Sob o aspecto econômico, a Lei Federal 11.445, de 05 de janeiro de 2007, regulamentada pelo Decreto Federal nº 7.217, de 21 de junho de 2010 (Lei Nacional do Saneamento), dispõe que os serviços públicos de saneamento terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada sempre que possível, mediante remuneração que permita recuperação dos custos dos serviços prestados, em regime de eficiência.

Nesse sentido, cabe ao ente regulador definir tarifas e outros preços públicos que assegurem tanto o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos, quanto a modicidade tarifária e de outros preços públicos, mediante mecanismos que induzam a eficiência e eficácia dos serviços e que permitam a apropriação social dos ganhos de produtividade.

 Atualmente a Agepan regula e fiscaliza os serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário dos 67 (sessenta e sete) municípios operados pela Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul – SANESUL, com exceção de Ladário, listados a seguir: Água Clara, Alcinópolis, Amambaí, Anastácio, Anaurilândia, Angélica, Antônio João, Aparecida do Taboado, Aquidauana, Aral Moreira, Bataguassu, Batayporã, Bodoquena, Bonito, Brasilândia, Caarapó, Camapuã, Caracol, Coronel Sapucaia, Chapadão do Sul , Corumbá, Coxim,

Deodápolis, Dois Irmãos do Buriti, Douradina, Dourados, Eldorado, Fatima do Sul,Figueirão, Guia Lopes da Laguna, Iguatemi, Inocência, Itaporã, Itaquiraí, Ivinhema, Japorã, Jardim, Jateí, Juti, Laguna Carapã, Maracaju, Miranda, Mundo Novo, Naviraí, Nioaque, Nova Alvorada do Sul, Nova Andradina, Novo Horizonte do Sul, Paranaíba, Paranhos, Pedro Gomes, Ponta Porã, Porto Murtinho, Rio Brilhante, Rio Negro, Rio Verde de Mato Grosso, Ribas do Rio Pardo, Santa Rita do Pardo, Selvíria, Sete Quedas, Sidrolândia, Sonora, Tacuru, Taquarussu, Terenos, Três Lagoas e Vicentina.

 Os municípios regulados estão distribuídos em 10 unidades regionais, cujas sedes localizam-se nas seguintes cidades: Aquidauana, Corumbá, Coxim, Dourados, Jardim, Paranaíba, Ponta Porã, Naviraí, Nova Andradina e Três Lagoas.

III.2 DA ATUAÇÃO DO PRESTADOR DE SERVIÇOS

A Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A - SANESUL, é uma sociedade de economia mista, vinculada à Secretaria de Estado de Infraestrutura do Estado de Mato Grosso do Sul – SEINFRA, que tem como principal acionista o Governo do Estado.

A empresa foi fundada em 26 de janeiro de 1979 por meio do Decreto Estadual nº 071/79, e possui personalidade jurídica de direito privado, patrimônio próprio, autonomia administrativa e financeira, cuja sede administrativa está localizada em Campo Grande.

A SANESUL conta com 10 gerências regionais, que tem como critério, a distribuição espacial dos sistemas de água e esgoto operados, e a dimensão territorial do Estado de MS.

O mercado de atuação da empresa abrange 128 localidades, sendo 68 municípios e 60 distritos sul-mato-grossenses.

**IV. DA ANÁLISE E RESULTADOS**

A análise realizada pela Câmara de Regulação Econômica – CRES pautou-se nos procedimentos e critérios convencionados nos instrumentos legais, contratuais e regulatórios.

O reajuste tarifário anual é um processo simplificado, que tem por objetivo ajustar o valor nominal das tarifas dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, em função dos efeitos da inflação, a fim de assegurar a sustentabilidade do serviço e o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

As tarifas vigentes serão atualizadas de forma linear pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) produzido pelo IBGE (tabela anexa), que representa o índice de inflação oficial no país, e é responsável por medir a variação dos preços de produtos e serviços para o consumidor final.



Com base no art. 39 da Lei Federal nº 11.445/2007, a presente NTR 001/2021 tem por finalidade TORNAR PÚBLICO o estudo tarifário e os reflexos da aplicação do reajuste, com antecedência mínima de 30 dias, em relação a sua aplicação, bem como dar publicidade ao estudo e disponibilizar em consulta pública 15 (quinze) dias a contar da publicação desta NTR 001/2021 em Diário Oficial Eletrônico de Mato Grosso do Sul e site da Agepan.

Os critérios aplicáveis ao processo de reajuste tarifário anual dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário dos municípios regulados e fiscalizados por esta Agência, apresentam-se no Quadro 1 a seguir:

Quadro 1 – Critérios de Reajuste



Fonte: CRES/DSB/AGEPAN (2021)

Para os municípios que não estabeleceram a periodicidade no instrumento de delegação, utilizou-se como data base para aplicação do IPCA, o mês de abril (Ata nº 001/2009 – Reunião Regulatória, de 27/05/2009).

Cabe salientar que tal medida foi tomada na época para resguardar os estudos técnicos, considerando o fato do IBGE divulgar os seus indicadores com um mês de defasagem, e a Lei Federal nº 11.445/2007 determinar que a divulgação do reajuste tarifário deva ocorrer no mínimo, com trinta dias de antecedência à sua aplicação.

Para atualização da estrutura tarifária do município de Três Lagoas, que tem como data base o mês de março, a variação acumulada do IPCA divulgada pelo IBGE dos últimos 12 meses (abril/2020 a março/2021), corresponde a **6,10% (seis inteiros e dez centésimos por cento)**.

Para atualização das demais estruturas tarifárias, que tem como data-base o mês de abril, a variação acumulada do IPCA/IBGE nos últimos 12 meses (maio/2020 a abril/2021), corresponde a **6,76% (seis inteiros e setenta e seis centésimos por cento)**.

**V. DAS CONSIDERAÇÕES E RECOMENDAÇÕES**

Considerando que o serviço de saneamento básico é um direito do cidadão, e de suma importância para promoção da saúde pública, melhoria da qualidade de vida, preservação do meio ambiente e desenvolvimento socioeconômico.

Considerando que cabe à Agepan zelar pelo fiel cumprimento das obrigações previstas nas normas legais, regulamentares e contratuais sob sua competência regulatória e fiscalizatória.

Considerando que os serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário devem ter a sustentabilidade econômico-financeira assegurada sempre que possível, mediante a remuneração dos serviços, preferencialmente na forma de tarifas.

Considerando que compete à Agepan definir tarifas que assegurem a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos, a modicidade tarifária e a adequada prestação do serviço público delegado.

Recomendamos a aprovação do Reajuste Tarifário Anual dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário prestados pela empresa SANESUL no âmbito dos municípios regulados e fiscalizados pela Agepan, **a viger no período de 01/07/2021 a 30/06/2022,** conforme se apresenta no Quadro 02 a seguir:

Quadro 2 – Percentual (%) de Reajuste

|  |  |
| --- | --- |
| **Municípios Regulados** | **% de Reajuste IPCA/IBGE** |
| Água Clara, Alcinópolis, Amambai, Anastácio, Anaurilândia, Angélica, Antônio João, Aparecida do Taboado, Aquidauana, Aral Moreira, Bataguassu, Batayporã, Bodoquena, Bonito, Brasilândia, Caarapó, Camapuã, Caracol, Coronel Sapucaia, Chapadão do Sul, Corumbá, Coxim, Deodápolis, Dois Irmãos do Buriti, Douradina, Dourados, Eldorado, Fátima do Sul, Figueirão, Guia Lopes da Laguna, Iguatemi, Inocência, Itaporã, Itaquiraí, Ivinhema, Japorã, Jardim, Jateí, Juti, Laguna Carapã, Maracaju, Miranda, Mundo Novo, Naviraí, Nioaque, Nova Alvorada do Sul, Nova Andradina, Novo Horizonte do Sul, Paranaíba, Paranhos, Pedro Gomes, Ponta Porã, Porto Murtinho, Rio Brilhante, Rio Negro, Rio Verde de Mato Grosso, Ribas do Rio Pardo, Santa Rita do Pardo, Selvíria, Sete Quedas, Sidrolândia, Sonora,Tacuru, Taquarussu, Terenos e Vicentina. | **6,76%** |
|  Três Lagoas. | **6,10%** |

 Fonte: CRES/DSB/AGEPAN (2021)

Recomendamos ainda, que os resultados apresentados no presente estudo sejam submetidos ao processo de Consulta Pública, de forma a viabilizar a participação da sociedade em geral, a fim de conferir transparências às decisões da Agência.

À consideração da DSB.

**Iara Sônia Marchioretto**

Analista de Regulação – Contadora

CRC/MS 7912/O-5

Matrícula: 107481021-1

Coordenadora CRES

**Nilda Ferreira Ribeiro de Carvalho**

Analista de Regulação – Contadora

CRC/MS 4473/O-0

Matrícula: 52076022

**De acordo:**

**Marilúcia Pereira Sandim**

Diretora de Saneamento Básico

**ANEXO 1 - Estrutura Tarifária I**



**ANEXO 2 - Estrutura Tarifária II**



**ANEXO 3 - Estrutura Tarifária III**



**ANEXO 4 - Estrutura Tarifária IV**



**ANEXO 5- Estrutura Tarifária V**

